

SOB A SOMBRA DA LÂMINA: MUTILAÇÃO GENITAL NA GUINÉ- BISSAU E OS CAMINHOS PARA A MUDANÇA

UNDER THE SHADOW OF THE BLADE: GENITAL MUTILATION IN GUINEA-
BISSAU AND THE PATHS TO CHANGE

BAJO LA SOMBRA DE LA ESPADA: LA MUTILACIÓN GENITAL EN GUINEA-
BISSAU Y LOS CAMINOS HACIA EL CAMBIO

Lívia Barbosa Pacheco Souza¹

Elizabete Essamai Manga²

Marina Tchuda Blabam³

Fátima Campune Tchuda⁴

RESUMO: A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma prática cultural, religiosa e social que persiste em várias partes do mundo, apesar dos esforços para erradicá-la. Este artigo aborda a MGF, destacando suas origens, tipos, crenças associadas, impacto psicológico e questões de direitos humanos. Explora estratégias de combate, como educação, envolvimento de líderes religiosos, alternativas culturais e desafios éticos. Apresenta estudos de casos bem-sucedidos e enfatiza a importância de uma abordagem global, respeitando a diversidade cultural.

164

Palavras-chave: Mutilação Genital Feminina. Violência. Direitos Humanos. Cultura. Estratégias de Combate.

ABSTRACT: Female Genital Mutilation (FGM) is a cultural, religious and social practice that persists in many parts of the world, despite efforts to eradicate it. This article addresses FGM, highlighting its origins, types, associated beliefs, psychological impact, and human rights issues. It explores combat strategies such as education, involvement of religious leaders, cultural alternatives, and ethical challenges. It presents successful case studies and emphasizes the importance of a global approach while respecting cultural diversity.

Keywords: Female Genital Mutilation. Violence. Human Rights. Culture. Combat Strategies.

¹Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

²Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2928-0421>.

³Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4834-0381>.

⁴Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4834-0381>.

RESUMEN: La mutilación genital femenina (MGF) es una práctica cultural, religiosa y social que persiste en muchas partes del mundo a pesar de los esfuerzos por erradicarla. Este artículo aborda la MGF, destacando sus orígenes, tipos, creencias asociadas, impacto psicológico y cuestiones de derechos humanos. Explora estrategias de combate como la educación, la participación de líderes religiosos, las alternativas culturales y los desafíos éticos. En él se presentan estudios de casos de éxito y se hace hincapié en la importancia de un enfoque global respetando la diversidad cultural.

Palabras clave: Mutilación genital femenina. Violencia. Derechos humanos. Cultura. Estrategias de combate.

1. INTRODUÇÃO

Na tessitura complexa da Guiné-Bissau, onde a riqueza cultural se entrelaça com os desafios contemporâneos, emerge uma prática profundamente arraigada que desafia os alicerces dos direitos humanos, especialmente os das mulheres: a mutilação genital feminina (MGF). Este ensaio pretende desvelar as camadas intrincadas deste fenômeno doloroso, que lança uma sombra sobre a vida de muitas guineenses, e ao mesmo tempo, aspira a ser uma chamada à ação para a transformação e emancipação.

O título, "Sob a Sombra da Lâmina", evoca a dualidade que permeia esta questão. Por um lado, revela a presença opressiva da prática da MGF na sociedade guineense, uma prática muitas vezes justificada por tradições ancestrais, que, ao longo do tempo, se tornaram elementos intrincados da identidade cultural. Por outro lado, sugere a possibilidade de uma luz que, embora tímida, lança uma claridade sobre a possibilidade de mudança e superação dessa tradição prejudicial.

Para compreender integralmente a MGF na Guiné-Bissau, é imperativo mergulharmos nas raízes históricas dessa prática. As tradições culturais que a sustentam há séculos desempenham um papel central na perpetuação dessa forma de violência de gênero. Nesse contexto, é crucial considerar a interseção entre cultura, tradição e os direitos fundamentais das mulheres, questionando como tais práticas podem coexistir com os princípios universais de igualdade e dignidade.

Ao desvendar os impactos sociais, de saúde e psicológicos da MGF, este ensaio visa não apenas quantificar a dor infligida, mas também destacar as consequências profundas que reverberam através das gerações. O corpo feminino, marcado pela lâmina, torna-se um terreno de batalha onde a saúde física e emocional é sacrificada em nome de crenças enraizadas. As cicatrizes físicas são, muitas vezes, apenas a

superfície visível de uma ferida mais profunda que afeta a identidade e a autoestima das mulheres.

Contudo, há motivos para otimismo. Comunidades locais, organizações não-governamentais e o governo guineense têm demonstrado uma crescente consciência sobre a necessidade de erradicar a MGF. Esforços colaborativos estão sendo feitos para desafiar tradições prejudiciais, educar sobre os riscos associados à MGF e promover a igualdade de gênero. No entanto, o caminho para a mudança é pontilhado de desafios, exigindo uma abordagem multifacetada que abranja a sensibilização, a educação e a criação de políticas eficazes.

"Sob a Sombra da Lâmina" convida à reflexão sobre como a sociedade guineense pode, coletivamente, superar as amarras do passado e construir um futuro onde a MGF seja uma prática arcaica e relegada à história. Ao lançar luz sobre as raízes, os impactos e os esforços para erradicar a MGF na Guiné-Bissau, este ensaio busca contribuir para um diálogo mais amplo e uma ação efetiva na promoção dos direitos das mulheres e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1. TRADIÇÃO, CORPORALIDADE E O RITUAL DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA GUINÉ-BISSAU

166

A Guiné-Bissau, localizada na costa ocidental da África, faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné Conakry ao sul e leste, e é banhada pelo Oceano Atlântico a oeste. Compreendendo o arquipélago dos Bijagós, composto por 80 ilhas, o país é parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Colonizado pelos portugueses em 1446, a Guiné-Bissau tornou-se um ponto estratégico para o tráfico de escravos. Alcançou sua independência em 24 de setembro de 1973, após uma luta armada com influência do bloco socialista, sendo pioneira entre as colônias portuguesas africanas a se libertar do jugo colonial. Com uma área total de 36.125 km², é um país relativamente pequeno, abrigando uma população de 1.530.673 habitantes.

De acordo com Martingo (2009, p. 73), a Guiné-Bissau experimenta um período democrático interrompido por repetidos golpes militares, os quais não têm contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do país. Essas crises não se restringem aos governos derrubados, mas permeiam também os governos democraticamente eleitos, tornando-os incapazes de resolver questões sérias, como saúde, infraestrutura, educação, emprego e alimentação. O conceito de cultura tem sido uma preocupação

duradoura e um mecanismo para compreender as nuances do comportamento humano na Guiné-Bissau, conforme destacado por Alves (2013, p. 37):

Desde a antiguidade tem-se tentado explicar as diferenças de comportamentos entre os homens, a partir das diversidades genéticas ou geográficas. As características biológicas não são determinantes das diferenças, nem o ambiente físico também explica as diferenças. A cultura, enquanto um todo, integra uma ordem de valores que atribui ao grupo uma certa qualidade humana. A cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. O uso da noção de cultura leva diretamente à ordem simbólica, que se refere ao sentido, isto é, ao ponto sobre o qual é mais difícil de entrar em acordo.

Geertz (1973, p. 15) argumenta que o homem é um animal inserido em redes de significados que ele mesmo construiu, e ele concebe a cultura como essas redes. Sua abordagem analítica da cultura não se assemelha a uma ciência experimental em busca de leis, mas sim a uma ciência interpretativa, voltada para a busca de significado.

Na realidade africana, especificamente em Guiné-Bissau, cada etnia está entrelaçada em "teias de significados" (GEERTZ, 1973, p. 15) específicas de sua região ou localidade, resultando em culturas distintas em termos de história, convívio social e práticas tradicionais. Nas diversas aldeias, evidenciam-se diferentes modos de convivência social devido às variações culturais, refletidas nas línguas faladas, nos rituais de casamento, nas práticas de iniciação, entre outras. Nesse contexto, é possível observar as marcantes diferenças que delineiam uma cultura da outra.

A diversidade entre diferentes povos manifesta-se por meio da cultura, que evidencia as disparidades entre as populações de distintos países. Os habitantes de uma região são parte de uma coletividade, não indivíduos isolados, e suas experiências estão enraizadas nessa coletividade. Essa perspectiva ajuda a compreender o comportamento de indivíduos em etnias que praticam a Mutilação Genital Feminina (MGF), sendo tal comportamento resultado de aprendizado. Nessas comunidades, os indivíduos precisam aprender a interagir entre si, e essa aprendizagem frequentemente ocorre durante rituais de iniciação, conforme destacado por Alves (2013, p. 38):

O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado. Pois a natureza dos homens é a mesma, são os costumes (aprendizados) que os mantêm separados. O conceito de cultura abarca praticamente todos os tipos de comportamentos e produtos relacionados com os homens, como membros da sociedade humana, e são adquiridas por meio das representações simbólicas.

A cultura, como expressa nas crenças, práticas e rituais de um grupo, é uma fonte rica de conhecimento e informações. A apresentação da sociedade facilita a compreensão e análise desses elementos culturais. A socialização desempenha um papel crucial na transmissão de conhecimentos, crenças, práticas e rituais, permitindo que essas informações sejam compartilhadas entre os membros da sociedade. Conhecer os rituais de uma cultura, como o da Mutilação Genital Feminina (MGF), é uma tarefa desafiadora que requer interação, questionamento e uma imersão profunda na realidade do grupo para se obter uma compreensão mínima de suas práticas. De acordo com Durkheim (1983), os ritos são expressões que surgem dentro de grupos e têm o propósito de evocar, manter ou reviver certos estados mentais dentro desses grupos.

Na cultura de algumas etnias guineenses, os ritos e costumes tradicionais desempenham um papel fundamental, uma característica compartilhada por muitas sociedades africanas. Essa observação é evidente em cerimônias que marcam transições significativas na vida, como deixar o país, onde o indivíduo se conecta com seus ancestrais, e o retorno ao lar, fortalecendo os laços do indivíduo com suas raízes e comunidade.

A discussão sobre o corpo e a sexualidade destaca a diferenciação entre homens e mulheres, uma separação "naturalizada do mundo" que reflete uma hierarquia desigual. Os órgãos sexuais, conforme a biologia, indicam a diferença entre homens e mulheres, mas as estruturas físicas e genéticas variam entre as sociedades, sendo uma construção social, não biológica, as definições de ser homem ou mulher.

Conforme Le Breton (2011), citado por Alves (2013, p. 45), é importante notar que

Nas sociedades tradicionais o corpo não se distingue da pessoa, ele é uma construção simbólica, não uma realidade em si. Nas sociedades tradicionais, de composição holística, comunitária, nas quais o indivíduo é indiscernível, o corpo não é o objeto de uma visão, e o homem está misturado aos cosmos, à natureza, à comunidade. A imagem do corpo é uma imagem de si, alimentada das matérias primas que compõem a natureza, o cosmos, em uma espécie de indistinção (LE BERTON, 2011). O corpo aqui não é uma superfície neutra, mas um território simbólico, um espaço de produção cultural. Desde épocas remotas da história da humanidade que o corpo serve de suporte a inscrições. A ritualização de todas as manifestações da vida corrente consiste na encenação muito elaborada das condutas corporais que a sustentam. Todas as ações que compõem o ordinário de um dia, mesmo as mais fúteis, implicam, na verdade, a mediação do corpo. Segundo Le Breton, nas sociedades rurais africanas, a pessoa não está limitada pelos contornos de seu corpo, fechada em si. Sua pele, e a espessura de sua carne, não

delineiam a fronteira de sua individualidade. A identidade pessoal do africano não se encerra em seu corpo, este não o separa do grupo, mas, ao contrário, o inclui. Le Breton vai mais longe, apontando as modificações corporais como uma forma de diferenciação num quadro do anonimato democrático das sociedades, visando, assim, a escapar à indiferença. Ressalvando as incontestáveis diferenças (os piercings e as tatuagens são marcas visíveis que atraem o olhar, enquanto o clitóris se encontra coberto), o corte surgirá assim como um sistema de diferenciação social.

A mutilação genital feminina (MGF) confere grande significado ao corpo da mulher, podendo resultar em profundo trauma psicológico e uma sensação de inferioridade e incompletude no contexto social. Embora a sociedade não rejeite aqueles que passaram pelo procedimento, pois muitas vezes é uma prática enraizada na estrutura familiar, a pessoa afetada pode sentir constrangimento devido à percepção da ausência de uma parte do corpo, o que pode levar a traumas psicológicos.

A prática da MGF, originada em sociedades africanas, bem como em alguns povos da Ásia e do Oriente Médio, persiste apesar das leis que a proíbem. A emigração levou a prática para países desenvolvidos, gerando um dilema entre a defesa da identidade cultural e o reconhecimento da MGF como uma ação criminosa contra a integridade física da mulher, destacando a complexidade no combate a essa prática.

Em algumas sociedades tradicionais guineenses, a maturidade é associada à prática da mutilação genital feminina ou à circuncisão masculina, chamada de fanado em Guiné-Bissau. Na cultura local, um homem adulto é aquele que passou pelo ritual do fanado, sendo considerado responsável, enquanto os chamados bolufus (não submetidos ao fanado), mesmo adultos, não são considerados adultos e recebem menos respeito. Antes do fanado, os jovens têm certa liberdade, mas após o ritual, são obrigados a agir de forma correta e equilibrada, tornando-se conscientes de sua personalidade e posição na sociedade.

O mesmo padrão se aplica à excisão feminina, onde mulheres não excisadas recebem menos respeito em comparação às que passaram pelo ritual. As não excisadas enfrentam restrições, como não poder preparar refeições durante o jejum do Ramadã, sendo consideradas impuras. Aquelas que preparam as refeições durante o período sagrado são as que passaram pela prática, sendo vistas como mais purificadas.

1. MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA (MGF)

Na última década, a Mutilação Genital Feminina (MGF), uma prática comum em países de origem de fluxos migratórios e refugiados, emergiu como um problema

global. Com a crescente globalização, as manifestações culturais tornam-se mais evidentes e diversas entre os Estados e dentro deles. Essa diversidade cultural levanta questões sobre a possibilidade de se falar em algo universal, como os direitos humanos. Apesar da riqueza representada pela diversidade cultural, é importante destacar que nem todas as práticas culturais são necessariamente valiosas ou benéficas para a liberdade e a dignidade humana. Nesse contexto, compreender e intervir na prática da MGF torna-se crucial para erradicá-la de maneira geral (CARREIRO, 2007; SANTOS, 2003; GUIDDENS, 2005; MIRANDA, 2000, p. 25).

A origem da prática da mutilação genital feminina (MGF) permanece incerta, sendo realizada em várias partes do mundo. Alguns autores argumentam que teve início no antigo Egito, conforme um documento grego datado por volta de 163 A.C., enquanto outros sugerem que a MGF é um ritual africano ancestral (CABRITA, 2011).

Apesar de vários países onde prevalece a prática da mutilação genital feminina terem modificado a sua legislação, de forma a proibir e criminalizar quem a pratique, este procedimento continua a ser realizado, pois não basta a alteração da lei para que uma tradição seja extinta. A mudança cultural não é algo que se realize facilmente e num pequeno espaço temporal, daí a importância do diálogo intercultural para que se possa trabalhar com as comunidades e com os valores de determinada sociedade e não contra eles, para que estes possam ser transformados e alterados (OLIVEIRA, 2013, p.3).

170

Cabrira (2011) destaca que as primeiras instituições democráticas, a primazia da lei e a participação ativa do cidadão nas funções do governo surgiram na Grécia Antiga, enquanto na Roma Antiga foi estabelecido um sistema de controle dos órgãos políticos e um mecanismo complexo para proteger os direitos individuais. Contextualizando historicamente o tema, observa-se que as primeiras noções de proteção dos direitos humanos foram influenciadas pela religião, especialmente pelo Cristianismo, que baseia-se na ideia de que cada pessoa é criada à imagem e semelhança de Deus, promovendo a igualdade entre todos os homens (PINTO, 2012).

Outro grande passo no sentido de proteger os direitos humanos e a sociedade internacional foi a criação da Liga das Nações, depois do final da primeira guerra mundial. O tratado que criou esta organização foi firmado em Versalhes, em Janeiro de 1919 e ficou conhecido como Tratado de Versalhes e estabelecia a criação de um organismo internacional com o objetivo de assegurar a paz num mundo que estava traumatizado pela dimensão da primeira guerra mundial (OLIVEIRA, 2013, p. 4).

A Liga das Nações, apesar de reconhecida pelos fracassos na manutenção da paz, obteve êxitos em questões sociais e na criação do Tribunal Permanente de Justiça Internacional. No entanto, falhou em seu principal objetivo de garantir a paz mundial,

evidenciado pela corrida armamentista da Alemanha e do Japão, prenunciando a Segunda Guerra Mundial. Sua dissolução ocorreu em 18 de abril de 1946.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) representou um avanço na promoção dos direitos humanos, marcado pela adoção de tratados internacionais desde 1945. Entre esses tratados estão a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi redigida em 1946, defendendo que os direitos humanos são universais e inalienáveis. Essa ideia de direitos humanos teve sua origem na Inglaterra, embora as primeiras declarações não tenham surgido nesse país. A experiência jurídico-política britânica desempenhou um papel fundamental nas revoluções liberais do século XVIII (CABRITA, 2011, SILVA, 2010, 2012).

Os termos associados à prática de corte ou lesão dos órgãos genitais externos das mulheres são variados e refletem quem pratica ou condena essa prática, a diversidade e a gravidade das lesões, ou a ligação cultural. Esses termos incluem circuncisão feminina, excisão, mutilação genital feminina, corte dos genitais femininos, *sunna*, operação, cirurgia genital feminina, clitoridectomia, prática tradicional ou fanado (SCANTAMBULO, 2002).

O termo circuncisão é frequentemente utilizado de maneira equiparada a expressões como operação ou práticas tradicionais, sendo considerado a versão feminina da circuncisão masculina, independentemente das diferenças existentes. Muçulmanos que observam essa prática a referem como *sunna* ou utilizam termos autóctones, como *fanadu* no crioulo da Guiné-Bissau, *nyakaa em mandinga e gudniin gadbaahaada* em somali (SCANTAMBULO, 2002).

O termo "*fanadu*," grafado como "fanado" em Português, possui um significado duplo: refere-se a um "ritual de iniciação que prepara os jovens e as jovens à vida adulta, à responsabilidade social, ao contacto com os antepassados e à habilidade de continuar a cultura do próprio povo" e também designa a "circuncisão ou a excisão" (SCANTAMBULO, 2002, p. 207).

A definição de Mutilação Genital Feminina (MGF) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) abrange "todas as intervenções que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos, por razões não médicas" (OMS, 2009, p. 6). O ato de mutilar é caracterizado por intervenções que implicam a remoção parcial ou total de alguma parte do corpo ou causam lesões. Dessa forma, a MGF compreende "todos os procedimentos que envolvem a remoção parcial ou total da genitália externa feminina ou outros danos aos órgãos genitais femininos, seja por razões culturais ou não terapêuticas" (OMS, 1997, p. 3).

Vários autores mencionam os instrumentos utilizados na prática do corte genital feminino, destacando frequentemente pedaços de vidro, canivetes, lâminas de barbear, tesouras, navalhas e unhas. A esterilização dos instrumentos não é uma prioridade, e a presença de anestesia é praticamente inexistente antes, durante e após a intervenção. Conforme descrito por Little (2003), a vítima é levada para um local distante, deitada em uma cama ou no chão, sendo imobilizada por outras mulheres, muitas vezes familiares, enquanto a mutilação ocorre. A duração média dessa intervenção é de aproximadamente vinte minutos, variando conforme a experiência da excisadora, o tipo de mutilação realizada e a resistência apresentada pela vítima durante o procedimento (OMS, 2001).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1997) classificou os tipos de Mutilação Genital Feminina (MGF) da seguinte maneira:

1. Tipo I: Excisão do prepúcio do clítoris, com excisão total ou parcial do clítoris.
2. Tipo II: Excisão total do clítoris com excisão parcial ou total dos pequenos lábios.
3. Tipo III: Excisão parcial ou total da genitália externa, seguida por sutura ou estreitamento da abertura vaginal.
4. Tipo IV: Práticas não sujeitas a classificação, como procedimentos que envolvam incisão, piercing ou alongamento do clítoris e/ou lábios vaginais; cauterização por queimadura do clítoris e do tecido circundante; remoção do tecido circundante do orifício vaginal (corte angurya); corte da vagina (corte gighiri); introdução de substâncias corrosivas na vagina ou de ervas com o propósito de causar sangramento, apertar e estreitar a vagina; e qualquer procedimento que não se encaixe na definição anterior de mutilação genital feminina.

A prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) é sustentada por diversas crenças, incluindo supostos benefícios para a saúde e higiene, motivos religiosos, tradição e questões de gênero (MATOS, 2008). Muitas vezes, é vista como um ritual de transição para as jovens, garantindo seu estatuto e possibilitando o casamento dentro da comunidade. A decisão de mutilar a jovem geralmente é tomada pelos pais ou membros próximos da família (Martingo, 2009). A escolha de não submeter a jovem à mutilação frequentemente encontra forte oposição da comunidade, pois a MGF é uma tradição profundamente enraizada nas estruturas sociais, econômicas e políticas (MARTINGO, 2009).

A controvérsia em torno da excisão e da infibulação envolve diversos grupos e indivíduos com interesses distintos: imigrantes africanas em países europeus que insistem em manter padrões tradicionais, mesmo que a excisão seja considerada crime onde residem; jovens que desejam evitar os rituais de seus pais; feministas ocidentais que lideram movimentos contra a mutilação genital feminina; e mulheres africanas em organizações internacionais que a consideram uma violação dos direitos humanos (SILVA, 2012).

Ao revisar a literatura, torna-se evidente que os principais fatores associados à prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) estão relacionados a motivações de natureza religiosa, cultural, de gênero e crenças ligadas aos órgãos sexuais femininos (AZAMBUJA, 2008). A natureza da mutilação, a idade e o método empregado variam de acordo com o grupo étnico ou o país, sendo comum que a pessoa responsável pela prática seja uma anciã, parteira ou curandeira tradicional (OLIVEIRA, 2013).

Para assegurar a conformidade das mulheres com a prática da MGF, as comunidades empregam diversos mecanismos, incluindo a rejeição para o casamento das não mutiladas, o divórcio para aquelas que passaram pela MGF, a exibição pública de mulheres sendo mutiladas antes do casamento, bem como a propagação do medo do desconhecido por meio de feitiços e evocações ancestrais (OLIVEIRA, 2013, p. 14). O costume e a tradição são frequentemente invocados como justificativas predominantes para a prática da mutilação genital feminina (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2007).

Contudo existem muitas crenças que suportam a prática da MGF; diz-se que os homens continuam a defender esta prática para assegurarem os seus poderes; por acreditarem que os homens de outros tribos não violariam as suas mulheres; por acreditarem que as mulheres perdem o desejo sexual; em

algumas tribos também se acredita que o clitóris é diabólico e que se tocar na cabeça das crianças durante o parto, estas estarão condenadas a desgraças pela sua vida. Noutras comunidades acredita-se que o clitóris é uma representação de um pênis minúsculo e que isso poderia por em causa a virilidade dos homens (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

A prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) está associada a várias crenças que envolvem a saúde e higiene feminina. Em algumas sociedades, acredita-se que mulheres não submetidas à MGF são consideradas pouco limpas, sendo-lhes proibido manusear água ou alimentos. Além disso, há a crença de que mulheres não excisadas não podem ter filhos, e a MGF é vista como um ritual que torna o parto mais seguro, purificando as meninas (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

A literatura revela que a prática da MGF está disseminada em diversas religiões, como a Católica, Protestante, Animista e Muçulmana. No entanto, é na fé islâmica que ocorre um maior número de casos de MGF, devido à crença de que a fé islâmica requer a realização dessa prática (MARTINGO, 2007). Entretanto, o Corão não explicita que a MGF seja um mandamento sagrado, e nem todas as comunidades islâmicas a praticam. Segundo a OMS (2006), mesmo não havendo consenso sobre o início da MGF, há evidências de sua realização há 5000 anos na antiga civilização egípcia, precedendo a religião islâmica.

174

A prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) é frequentemente enraizada em motivos culturais, conforme destacado por vários autores. Gonçalves (2004) argumenta que a MGF é percebida socialmente como um ritual de passagem para a idade adulta, facilitando a integração social das meninas e fortalecendo a coesão social do grupo étnico ao qual pertencem. A realização dessa prática é vista como garantia da honra da família da rapariga, assegurando sua virgindade e legitimidade como futura esposa. A MGF é realizada em raparigas geralmente com idades entre quatro e doze anos, embora também possa ocorrer em diferentes estágios da vida, como após o nascimento, noivado, primeira gravidez e após o parto. A idade em que o procedimento é realizado varia de acordo com o grupo étnico, localização geográfica e condição socioeconômica da mulher (MARTINGO, 2007).

1. ABORDAGEM PARA ELIMINAR A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

A Mutilação Genital Feminina (MGF), embora suscite debate, é considerada uma violação dos Direitos Humanos, especialmente no contexto ocidental. Para

erradicar essa prática, é crucial adotar uma abordagem multilateral que promova mudanças nas atitudes, comportamentos e na cultura (EDOUCARD, OLATUNBOSUN, EDOUCARD, 2013).

Martingo (2009) propõe estratégias para abolir a MGF. Em primeiro lugar, destaca a importância da educação das meninas, encorajando a sua participação na escola para ampliar sua perspectiva de mundo. Em segundo lugar, destaca o papel dos líderes religiosos e a necessidade de conquistá-los como aliados para influenciar positivamente as comunidades. Um exemplo bem-sucedido foi a abordagem adotada pela ONG islâmica Al Ansars na Guiné-Bissau. Em terceiro lugar, Martingo sugere a possibilidade de substituir o tradicional Fanado por uma alternativa, onde o corte seria trocado pelo aprendizado de habilidades práticas. No entanto, essa proposta enfrentou resistência, especialmente porque o Fanado tradicional possui uma dimensão comercial que beneficia a economia local, envolvendo não apenas as praticantes, mas também comerciantes e outros stakeholders.

Rushman (2013) destaca a necessidade de abordagem abrangente para lidar com a Mutilação Genital Feminina (MGF), enfatizando a mobilização de recursos financeiros e vontade política. Ele propõe a atuação de grupos de advocacia para conscientização, estabelecimento de um quadro legislativo apropriado, formação adequada de profissionais de saúde e reforço na coleta, monitoramento e avaliação de dados sobre o tema. O autor ressalta a importância dos líderes comunitários, líderes religiosos, envolvimento de jovens e grupos de mulheres para desencorajar a prática e promover a mudança social. Quanto à "Medicalização do Corte", Rushman argumenta que a MGF viola os direitos das crianças e mulheres, constituindo uma ameaça à vida, saúde e integridade física, e considera que os profissionais envolvidos estão violando um princípio ético fundamental, o de "não causar dano".

Chelala (1998) apresenta um caso de sucesso nas estratégias de combate à Mutilação Genital Feminina (MGF) no Quênia. O ritual alternativo chamado Ntanira Na Mugambo, que significa "circuncisão através das palavras", envolve uma semana de transmissão de conhecimentos sobre anatomia humana, psicologia, saúde sexual e reprodutiva, questões de gênero, desenvolvimento de autoestima e habilidades para lidar com a pressão dos pares. Ao final, as meninas recebem certificados, presentes, têm desejos concedidos e são celebradas pela comunidade. O sucesso do programa é

atribuído à flexibilidade, adaptação às características do grupo, envolvimento da família e comunidade, educação nas escolas e atividades comunitárias. Além disso, há esforços para envolver os homens, desencorajando a prática da MGF como requisito para futuras esposas, contribuindo assim para a prevenção da perpetuação dessa prática. A abordagem alternativa deste ritual é considerada uma estratégia eficaz e bem-sucedida contra a MGF, indo além da proibição direta da prática.

I. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais evidenciam a complexidade e a urgência em abordar a problemática da Mutilação Genital Feminina (MGF). Este é um desafio global que requer uma abordagem multilateral, considerando as nuances culturais, religiosas e sociais envolvidas. A MGF, vista como uma violação flagrante dos Direitos Humanos, exige esforços coordenados para promover mudanças substanciais em atitudes e comportamentos profundamente enraizados.

A análise da literatura revela que estratégias educacionais, especialmente dirigidas às meninas, têm o potencial de desafiar as normas culturais e contribuir para a mudança de mentalidades. A inclusão de líderes religiosos como aliados é crucial, destacando a importância de uma abordagem colaborativa que respeite as tradições locais. Além disso, a substituição de práticas tradicionais por alternativas educacionais, como demonstrado no caso do Quênia, ilustra uma estratégia inovadora e bem-sucedida.

A mobilização de recursos financeiros e a vontade política são fundamentais para implementar e sustentar programas eficazes. O apoio de grupos de advocacia, a criação de quadros legislativos adequados e a formação de profissionais de saúde são componentes essenciais para a erradicação da MGF. A ênfase na contagem, monitorização e avaliação de dados relacionados à prática é crucial para compreender o impacto das intervenções e orientar futuras estratégias.

A consideração ética é central, com a "medicalização do corte" sendo enfaticamente condenada como uma violação dos direitos fundamentais à vida, saúde e integridade física. A participação ativa dos líderes comunitários, líderes religiosos, jovens e grupos de mulheres é destacada como essencial para desencorajar a prática e impulsionar a mudança social.

A erradicação da Mutilação Genital Feminina (MGF) é um imperativo moral que demanda uma abordagem persistente e global. A compreensão da complexidade cultural, religiosa e social que envolve essa prática é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes. A promoção da educação, especialmente para as meninas, emerge como uma ferramenta poderosa para desafiar as normas culturais e fomentar a mudança de mentalidades.

A colaboração com líderes religiosos e comunitários desempenha um papel crucial, reconhecendo a importância de respeitar as tradições locais e envolver figuras influentes na implementação de programas de conscientização. A substituição de práticas tradicionais por iniciativas educacionais, como exemplificado no Quênia, destaca a necessidade de abordagens inovadoras que respeitem a diversidade cultural.

A mobilização de recursos financeiros, o desenvolvimento de quadros legislativos adequados e a formação de profissionais de saúde são pilares fundamentais para criar condições propícias à erradicação da MGF. A ênfase na ética, rejeitando a "medicalização do corte," destaca a importância de preservar os direitos fundamentais à vida, saúde e integridade física.

A participação ativa de líderes comunitários, líderes religiosos, jovens e grupos de mulheres é essencial para desencorajar a prática e impulsionar uma transformação social significativa. A consideração ética, aliada a uma abordagem holística que respeita a diversidade cultural, é crucial para avançar em direção a um futuro onde a MGF seja efetivamente relegada ao passado. A luta contra essa prática requer um compromisso contínuo, baseado em princípios éticos e direitos humanos, para garantir um mundo onde todas as mulheres possam viver livres da ameaça da Mutilação Genital Feminina.

Em última análise, a erradicação da MGF exige um compromisso global, uma abordagem holística que respeite a diversidade cultural, promova a educação e envolva todas as partes interessadas. Somente através de esforços concertados e sustentados, baseados em princípios éticos e direitos humanos, podemos aspirar a um futuro onde a MGF seja uma prática do passado.

REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, M.P.R. & NOGUEIRA, C. (2008). Análise de Discurso: potencialidades investigativas para a violência de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14 (5),1721-1730.
- CABRITA, I. (2011). **Direitos Humanos: um conceito em movimento**. Coimbra: Edições Almedina.
- CARREIRO, M. J. (2007). **Dinâmicas transnacionais protagonizadas por associações de migrantes guineenses em Portugal**. Manuscrito não publicado, CIES-IUL, Lisboa.
- CHELALA, C. (1998). An alternative way to stop female genital mutilation. *The Lancet*, 1998, Vol.352(9122), pp.126-126. **SciVerse ScienceDirect Journals**.
- EDOUARD, E., OLATUNBOSUN, O., EDOUARD, L. (2013). International efforts on abandoning female genital mutilation. **African Journal of Urology**, Volume 19, Issue 3, September 2013, Pages 150–153.
- GIDDENS, A. (1992). **As consequências da modernidade**. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, A. (2005). **Sociologia** (4th Edição). Porto Alegre: Artmed.
- GONÇALVES, Y. (2004). **Mutilação Genital Feminina**. Associação Para o Planeamento da Família. Lisboa: APF.
- MARTINGO, Carla (2009), **O corte dos Genitais Femininos em Portugal: O caso das Guineenses**. Lisboa, ACIDI, I.P.
- MIRANDA, J. (2000). **Manual de Direito Constitucional**, Tomo IV, Direitos Fundamentais (3rd ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA, F. (2012). **Mutilação Genital Feminina: Cultura ou Crime?** Manuscrito não publicado. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2001). **Female Genital Mutilation: Integrating the Prevention and Management of the Health Complications into the Curricula of Nursing and Midwifery. A Teacher's Guide**. [Brochura]. Lisboa: OMS.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2006a). Progress newsletter. **Female Genital Mutilation – new knowledge optimism**. Department of reproductive health and research, world health organization. [Brochura] Geveva: OMS.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2006b). **Violência contra las mujeres**. Un tema de salud prioritário. [Brochura]. Washington, D.C: Organización Panamericana de saúde.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA (2009). **Eliminação da mutilação Genital**

Feminina: Declaração conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, Unesco, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS. [Brochura] Lisboa: OMS.

PINTO, M. (2009). **As vivências experienciadas pelas mulheres mastectoizadas:** conhecer e compreender para cuidar. Manuscrito não publicado. Universidade do Porto, Porto.

RUSHWAN, H. (2013). **Female genital mutilation:** A tragedy for women's reproductive health. African Journal of Urology, Volume 19, Issue 3, September 2013, Pages 130–133.

SANTOS, B., S. (2003). **Reconhecer Para Libertar** – os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCANTAMBURLO, L. (1991). **Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque.** Manuscrito não publicado. Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau.

SILVA, E. (2012). **Discursos e representações sobre a prática da mutilação genital feminina na comunidade guineense em Portugal.** Manuscrito não publicado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.